



Plano Diretor do *Campus Darcy Ribeiro*

*Universidade de Brasília
Dezembro 2023*

Universidade de Brasília - UnB

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Assessoria Estratégica - Gabinete da Reitora

Benny Schvarsberg

Secretário de Infraestrutura

Augusto César Oliveira Dias

Diretor do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer

Eleudo Esteves de Araújo Silva Júnior

Equipe do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer

Alice Rosa Cardoso

Cláudio Oliveira Arantes

Eduardo Oliveira Soares

Louise Boeger Viana Dos Santos

Brasília, dezembro de 2023

Comissão para elaborar proposta de Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília | Ato da Reitoria nº 0850/2021

Prof. Benny Schvarsberg (GRE) – Presidente
Arq. Urb. Bruno Moraes Guimarães (Infra/Ceplan)
Prof.^a Cristiane Guinâncio (FAU)
Prof.^a Fabiana Serra de Arruda (FT)
Prof. Frederico Rosa Borges de Holanda (FAU; Professor Emérito da UnB)
Prof. José Carlos Córdova Coutinho (FAU; Professor Emérito da UnB);
Prof. Júlio Barea Pastore (FAV)
Prof.^a Loana Nunes Velasco (FGA)
Prof.^a Luciana Saboia Fonseca Cruz (FAU)
Prof. Marco Antônio Almeida de Souza (FT)
Prof.^a Mercedes Maria da Cunha Bustamante (IB)
Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos (CET)
Prof. Pedro Henrique Zuchi da Conceição (SeMA)
Prof. Sérgio Koide (FT)
Arq.^a Urb. Alice Rosa Cardoso (Infra/Ceplan)
Arq. Urb. Eduardo Oliveira Soares (Infra/Ceplan)

Comitê de Sistematização do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro

Prof. Benny Schvarsberg (GRE)
Prof. Caio Frederico e Silva (FAU)
Prof.^a Ana Clara Giannecchini (FAU)
Prof. Arthur Tavares Schleicher (FT)
Prof.^a Carolina Pescatori Candido da Silva (FAU)
Prof. Eleudo Esteves de Araujo Silva Junior (FT)
Prof. Pastor Willy Gonzales Taco (FT)
Prof.^a Potira Meirelles Hermuche (ICH/GEA)
Arq.^a Urb. Alice Rosa Cardoso (Infra/Ceplan)
Arq. Urb. Eduardo Oliveira Soares (Infra/Ceplan)

Bolsistas/Elaboração dos produtos cartográficos

Ana Catarina de Paula Silveira de Matos
Joelma Mendes de Moura Sousa
Luana Gabriela Cunha Pereira
Maria Clara Barros Machado
Paulo Henrique Honorato Siqueira

Equipes dos Estudos Temáticos

Eixo Temático de Morfologia Arquitetônica

Elaboração do Edital Temático: Prof. Frederico de Holanda, Prof. Neio Campos e Arq.^a Urb. Louise Boeger Viana dos Santos

Docentes

Prof. Caio Frederico e Silva (Coordenador)
Prof.^a Marta Adriana Bustos Romero
Prof. Rômulo José da Costa Ribeiro
Prof.^a Vânia Raquel Teles Loureiro

Discentes

Ana Catarina de Paula Silveira de Matos
Eduardo Jorge Barreto
Ricardo Stashnell Kosloski Eirado

Técnico

Valmor Cerqueira Pazos

Eixo Infraestrutura de Transportes e Mobilidade

Elaboração do Edital Temático: Prof.^a Fabiana Serra de Arruda e Arq.^a Urb. Louise Boeger Viana dos Santos

Docentes

Prof. Pastor Willy Gonzales Taco (Coordenador)
Prof.^a Zuleide Oliveira Feitosa

Discentes

Kevin Masinda Mahema (FT-Programa de Pós-Graduação em Transportes)
Tiago Moreira dos Santos (FT-Programa de Pós-Graduação em Transportes)
Rodrigo Cavalcante (FT-Programa de Pós-Graduação em Transportes)
Milena Ferreira da Conceição (FT-Programa de Pós-Graduação em Transportes)
Matheus Carvalho de Matos (FT-Eng. Ambiental)
Samuel Seixas Martin (FT-Eng. Civil)
André Estevam Costa Oliveira (FT-Eng. Ambiental)
Lucas Machado Orlandi Dafico (FT-Eng. Civil)
Juliana Barreto de Barros (FT-Eng. Civil)
Pedro Gabriel Gasparini de Sena (FT-Eng. Civil)
Sara Mendes da Silva (FT-Eng. Civil)
Luana Gabriela Cunha Pereira (FT-Eng. Ambiental)
Samuel Wilber Sousa Oliveira (FT-Eng. Civil)
Elias Galeno dos Santos (FT-Eng. Civil)
Carlos André Moreira Rocha (FT-Eng. Civil)
Lucas Eduardo Lima Sampaio (FT-Eng. Ambiental)
Ivana de Jesus Cavalcante (FT-Eng. Civil)
Thallyta Ribeiro Marques Pires Navarro (FT-Eng. Ambiental)

Eixo Infraestrutura de Saneamento

Elaboração do Edital Temático: Prof. Sergio Koide (FT), Prof. Marco Antonio Almeida de Souza (FT) e Arq. Urb. Cláudio Oliveira Arantes

Docentes

Prof.^a Conceição de Maria Albuquerque Alves (Coordenadora)
Prof. Arthur Tavares Schleicher

Discentes

Larissa Souza de Oliveira (FT-Eng. Ambiental)
Leonardo Kasuo Cantuaria Koressawa (FT-Eng. Civil)
Lucas Torres de Souza (FT-Eng. Ambiental)
Renzo de Freitas Dusi (FT-Eng. Civil)

Eixo Conservação e Gestão Sustentável de Recursos Naturais, de Áreas Protegidas e demais Áreas Verdes

Elaboração do Edital Temático: Prof.^a Mercedes Bustamante, Prof. Pedro Henrique Zuchi da Conceição e Arq.^a Urb. Alice Rosa Cardoso

Docentes

Prof.^a Potira Meirelles Hermuche, Departamento de Geografia – IH (Coordenadora)
Prof.^a Cássia Beatriz Rodrigues Munhoz, Departamento de Botânica – IB
Prof.^a Cristiane Gomes Barreto, Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Prof. José Eloi Guimarães Campos, Instituto de Geociências – IG
Prof. José Roberto Rodrigues Pinto, Departamento de Engenharia Florestal/CRAD – FT
Prof. Paulo Celso dos Reis Gomes, Departamento de Engenharia de Produção – FT
Prof. Reuber Albuquerque Brandão, Departamento de Engenharia Florestal – FT

Discentes

Angelo Augusto Sampaio de Melo - Discente de graduação do curso de Ciências Ambientais – Membro da empresa júnior de Ciências Ambientais - O2 Consultoria Ambiental Junior.
Evelyn Almeida Serra - Discente de graduação do curso de Ciências Ambientais – Membro da empresa júnior de Ciências Ambientais - O2 Consultoria Ambiental Junior.
Iara Rêgo Siqueira - Discente de graduação do curso de Ciências Ambientais – Membro da empresa júnior de Ciências Ambientais - O2 Consultoria Ambiental Junior.
João Carlos Martins Araújo Plácido - Discente de graduação do curso de Geografia – Membro da empresa júnior do Departamento de Geografia – Astrodatum
Joelma Mendes de Moura Sousa - Discente de graduação do curso de Geografia – Membro da empresa júnior do Departamento de Geografia – Astrodatum
Laura de Oliveira Passos - Discente de graduação do curso de Ciências Biológicas.
Marcelo Luiz Rodrigues Lucas de Souza - Discente de graduação do curso de Geografia – Membro da empresa júnior do Departamento de Geografia – Astrodatum
Pedro Alves da Silva - Discente de pós-graduação do curso de Geografia
Pedro Dias Laumann - Discente de graduação do curso de Ciências Biológicas

Eixo Paisagem e Paisagismo

Elaboração do Edital Temático: Prof.^a Luciana Saboia Fonseca Cruz, Prof. Júlio Barea Pastore e Arq.^a Urb. Alice Rosa Cardoso

Docentes

Prof.^a Carolina Pescatori Candido da Silva (Coordenadora)

Prof.^a Maribeldel Carmen Aliaga Fuentes

Prof.^a Paola Caliarì Ferrari Martins

Discentes

Paulo Henrique Honorato Siqueira

Bruna Leite Lopes

Jéssica Sousa Duarte

Eixo Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

Elaboração do Edital Temático: Prof. José Carlos Coutinho e Arq. Urb. Eduardo Oliveira Soares

Docentes

Prof.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros (Coordenadora)

Prof.^a Ana Clara Giannecchini

Prof.^a Flaviana Barreto Lira

Prof. Oscar Luís Ferreira

Discentes

Maria Clara Barros Machado

Marina Batista Menegassi

Vinícius Costa de Faro Campos

Registramos nossos agradecimentos especiais à Profa. Claudia Amorim e equipe (FAU) pela contribuição específica na temática da Eficiência Energética.

Apresentação

O Campus Darcy Ribeiro (CDR) da Universidade de Brasília (UnB) está inserido na Asa Norte do Plano Piloto, no core da Área Metropolitana de Brasília, sendo frequentado por cerca de 50 (cinquenta) mil pessoas da comunidade universitária, sobretudo estudantes provenientes de todo o Distrito Federal, demais unidades da federação e até outros países. Constituiu-se historicamente, desde seus primórdios no início dos anos 1960, como um verdadeiro Parque aberto da Cidade. Suas edificações acadêmicas e administrativas são representativas de inovações e experimentações construtivas de grande expressão arquitetônica em vários momentos da Universidade. Elas são entremeadas por diversas espécies de fauna e flora, sendo plenamente acessível a qualquer pessoa em qualquer dia da semana.

O planejamento, a gestão, a preservação e a conservação, deste generoso *Campus-Parque* aberto e de suas edificações, constituem também um imenso desafio por estar no centro do Cerrado, a savana mais biodiversa do mundo e um *hotspot* global para conservação da biodiversidade. Os *campi* universitários não podem ser vistos isoladamente como ilhas – ou “flores de estufa”, como diria Lucio Costa, o inventor da cidade –, mas como microcosmos importantes integrados ao ambiente construído da cidade, exercendo grande influência sobre o meio ambiente natural em razão de sua dimensão e complexidade. Assim, o CDR, com quase a mesma área territorial da Asa Norte, bairro onde se integra, tem um grande afluxo diário de pedestres, ciclistas, motociclistas, carros e diversas linhas de ônibus, e agrega diversas atividades finalísticas e de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão que nele se realizam.

As tomadas de decisões no ordenamento deste território universitário, particularmente na locação física, projeto e construção de edificações, e o agenciamento de seus espaços livres, intersticiais e de conexões contribuem para as condições gerais de sustentabilidade do *Campus*, envolvendo questões relacionadas a morfologia arquitetônica; infraestrutura de transportes e mobilidade; infraestrutura de saneamento ambiental; eficiência energética; conservação e gestão sustentável de recursos naturais, de áreas protegidas e demais áreas verdes; paisagem e paisagismo; patrimônio histórico, artístico e cultural; dentre outras.

Ao recém completar 60 anos de existência, a Universidade resgata sua concepção de instituição planejada e planejadora – desde seu Plano Orientador de 1962 –, assumindo a responsabilidade de construir um instrumento técnico científico de orientação para o planejamento e a gestão do território do *Campus* nesta próxima década. Nesse contexto, o Gabinete da Reitora (GRE), a Secretaria de Infraestrutura (Infra) e o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) da Universidade de Brasília lançaram os Editais GRE/Infra/DPI nº 0001/2022 e nº 0002/2022, com o objetivo de estimular e viabilizar a execução de estudos técnicos e científicos voltados à atualização do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, o primeiro a ser submetido à aprovação pelo Conselho de Administração (CAD).

Cabe destacar que os editais foram elaborados por docentes pesquisadores de alto nível de diversas áreas de conhecimento que constituíram a Comissão designada por Ato da Reitora para elaboração do Plano Diretor. As equipes foram selecionadas da

mesma forma. Os produtos decorrentes destes estudos, elaborados por equipes temáticas interdisciplinares de professores pesquisadores e estudantes, foram compilados no documento denominado “Relatórios e Estudos do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro: levantamentos, atualizações, mapeamentos e sistematização de dados e produtos da leitura comunitária (consulta pública e oficinas participativas)”, que subsidiou o diagnóstico e a elaboração de proposta para a atualização do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro.

Além do caráter coletivo e multidisciplinar das equipes que envolveram cerca de 40 (quarenta) docentes pesquisadores e dezenas de estudantes de diversas unidades acadêmicas (FAU, FT, ICH, IB, IG, dentre outras), a metodologia participativa de elaboração do Plano buscou ouvir e dialogar com a comunidade por meio de pesquisa de opinião que contou com cerca de 1.500 (mil e quinhentos) respondentes dos 3 (três) segmentos – docentes, discentes e técnicos administrativos. Também foram realizadas 6 (seis) oficinas participativas em diferentes unidades acadêmicas utilizando a metodologia da Apreciação Investigativa, com a participação presencial de mais de 300 (trezentos) técnicos, docentes e estudantes de diversos cursos de graduação e pós-graduação.

A compilação dos resultados dos estudos temáticos, da pesquisa de opinião sobre os diversos aspectos temáticos do *Campus* e das Oficinas Participativas foi realizada por um comitê de sistematização representativo das equipes que realizaram os estudos temáticos. O comitê contou também com a colaboração da Direção e técnicos de planejamento do Ceplan (Centro de Planejamento Oscar Niemeyer), que integra a estrutura da Infra (Secretaria de Infraestrutura da UnB), tendo ouvido e recebido contribuições da SeMA (Secretaria do Meio Ambiente da UnB) e do PCTec (Parque Científico e Tecnológico da UnB) com respeito ao conteúdo da minuta e do mapa de zoneamento propostos para o Plano.

A proposição construída nesse processo foi submetida à consulta pública com apoio da Secom (Secretaria de Comunicação da UnB), em especial de Lanuzia Nogueira e Paulo Schnor, com as contribuições recolhidas pelo comitê de sistematização para a formulação do projeto de Resolução submetido ao exame e aprovação pelo CAD.

Para a consecução deste trabalho de autoria coletiva, múltipla, multidisciplinar e participativa, queremos registrar os agradecimentos a todas(os) colegas envolvidos direta ou indiretamente da Comissão de Elaboração do Plano Diretor, das equipes temáticas, da Infra, SeMA, Secom, PCTec, do DPI, nas pessoas das professoras Claudia Amorim e Maria Emília, do DAF, nas pessoas do professor Abimael de Jesus Barros Costa e a técnica Gabriela Pereira Cota, da STI, na pessoa do professor Jacir Luiz Bordim, a professora Cristiane Guinâncio pela aplicação da metodologia das oficinas participativas e ao professor Sergio Sá pela revisão final do texto.

Cabe registro especial ao esforço incansável do Comitê de Sistematização, pelos professores Caio Frederico e Silva (FAU), Carolina Pescatori Candido da Silva (FAU), Ana Clara Gianechinni (FAU), Potira Meirelles Hermuche (ICH/GEA), Pastor Willy Gonzales Taco (FT), Arthur Tavares Schleicher (FT), Eleudo Esteves de Araujo Silva Junior (FT), arquitetos Eduardo Oliveira Soares e Alice Rosa Cardoso (Ceplan). O apoio do chefe de Gabinete da Reitoria, professor Paulo César Marques da Silva, do vice-reitor, professor Enrique Huelva, e, especialmente, o apoio e estímulo permanente

e entusiasmado da reitora, professora Márcia Abrahão, sem o qual este legado ao futuro da UnB não teria se viabilizado.

Prof. Benny Schvarsberg

*Presidente da Comissão para elaborar proposta de Plano Diretor do
Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília*

Lista de Siglas

APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CAD	Conselho de Administração
CDR	CampusDarcy Ribeiro
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
Ceplan	Centro de Planejamento Oscar Niemeyer
CET	Centro de Excelência em Turismo
CEU	Casa do Estudante Universitário
CO	Centro Olímpico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPS	Coordenação de Paisagismo e Dedetização
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DAF	Decanato de Administração
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN	Departamento de Trânsito
DPI	Decanato de Pesquisa e Inovação
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
FGA	Faculdade do Gama
FT	Faculdade de Tecnologia
GDF	Governo do Distrito Federal
GEA	Departamento de Geografia
GRE	Gabinete da Reitora
IB	Instituto de Ciências Biológicas
ICC	Instituto Central de Ciências
ICH	Instituto de Ciências Humanas
IG	Instituto de Geociências
Infra	Secretaria de Infraestrutura
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCTec	Parque Científico e Tecnológico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMU I	Pavilhão Multiuso I
PRC	Prefeitura da UnB

RU	Restaurante Universitário
Secom	Secretaria de Comunicação
SeMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEMOB	Secretaria de Transporte e Mobilidade
SBN	Soluções Baseadas na Natureza
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
UnB	Universidade de Brasília

Sumário

1	Princípios	14
2	Objetivos	15
3	Glossário	16
4	Diretrizes	19
4.1	Escala Macro	19
4.1.1	Diretrizes gerais da Escala Macro	19
4.2	Escala Meso	20
4.2.1	Diretrizes gerais da Escala Meso	20
4.2.2	Patrimônio Cultural	21
4.2.3	Recursos Naturais, Saneamento e Paisagem	23
4.2.4	Infraestrutura e Mobilidade	25
4.3	Escala Micro	26
4.3.1	Diretrizes gerais da Escala Micro	26
4.3.2	Diretrizes específicas para as edificações de significância cultural	27
5	Zoneamento	29
5.1	Zona de Preservação Ambiental	29
5.1.1	Diretrizes da Zona de Preservação Ambiental	29
5.2	Zona de Conservação Ambiental	30
5.2.1	Diretrizes da Zona de Conservação Ambiental	30
5.3	Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico	31
5.3.1	Diretrizes da Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico	31
5.4	Zona Histórica, Cultural e Paisagística	31
5.4.1	Diretrizes da Zona Histórica, Cultural e Paisagística	31
5.5	Zona de Ocupação Controlada I	32
5.5.1	Diretrizes da Zona de Ocupação Controlada I	32
5.6	Zona de Ocupação Controlada II	32
5.6.1	Diretrizes da Zona de Ocupação Controlada II	33
5.7	Zona de Ocupação Prioritária	33
5.7.1	Diretrizes da Zona de Ocupação Prioritária	33
5.8	Corredores de Fauna e Flora	34
5.8.1	Diretrizes dos Corredores de Fauna e Flora	34
5.9	Incompatibilidades e Inadequações às Zonas	35
6	Gestão	36

7	Ações Prioritárias	38
7.1	Ações Gerais	38
7.2	Ações de Patrimônio Cultural	38
7.3	Ações Ambientais	38
7.4	Ações de Paisagismo	39
7.5	Ações de Infraestrutura de Saneamento	40
7.6	Ações de Infraestrutura de Mobilidade	40
7.7	Ações para as Edificações e Eficiência Energética	42

1 Princípios

- I. Promoção do desenvolvimento sustentável alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, aprovados em 2015 pela Assembléia Geral das Nações Unidas.
- II. Direito à cidade e ao caráter democrático, público e aberto do espaço universitário, que garante pluralidade, segurança e acolhe a diversidade.
- III. Agregação e integração entre as unidades acadêmicas, em contraponto à atual tendência de dispersão e fragmentação da expansão da ocupação no *Campus*, criando condições para uma maior interação universitária.
- IV. Reconhecimento da memória histórica e do valor cultural do Campus Darcy Ribeiro.
- V. Associação da qualidade de vida ao meio ambiente do *Campus* e seu entorno como um lugar ainda melhor para viver, conviver e ser.
- VI. Integração ecológica, tecnológica, urbanística e paisagística do *Campus* com a cidade, considerando sua inserção na Escala Bucólica de Brasília, com respeito à legislação ambiental, urbanística, patrimonial, edilícia, de acessibilidade e mobilidade urbana vigentes.
- VII. Considerar o ecossistema natural como parte integrante e essencial da dinâmica do *Campus*.
- VIII. Gestão democrática e participativa no *Campus*.
- IX. Mobilidade segura, saudável, sustentável e acessibilidade universal para todos os usuários do *Campus*.
- X. Eficiência, economicidade e cientificidade na gestão do ambiente natural e construído do *Campus*.

2 Objetivos

- I. Promover um ambiente saudável e seguro para a liberdade de ensino, pesquisa e extensão.
- II. Fomentar diálogo interinstitucional com o Governo do Distrito Federal para integrar o Campus Darcy Ribeiro à cidade, especialmente o entorno do *Campus*.
- III. Preservar e valorizar o patrimônio cultural do Campus Darcy Ribeiro em sua diversidade, promovendo educação patrimonial.
- IV. Ordenar a ocupação com base nos valores culturais, ambientais e padrões históricos característicos do *Campus*, viabilizando o adensamento e a expansão responsável e sensível à Escala Bucólica.
- V. Priorizar a qualificação dos espaços públicos, promovendo a convivência, o acolhimento, a urbanidade e o uso da ciência e tecnologia para a promoção do bem-estar social e desenvolvimento da infraestrutura coletiva.
- VI. Racionalizar e otimizar a utilização do conjunto edificado do *Campus* em detrimento da construção de novas edificações, combatendo a ociosidade e a subutilização existente.
- VII. Criar para a comunidade opções de lazer, educação, ensino e bem-viver nos espaços edificados e junto à natureza.
- VIII. Promover a manutenção e a ampliação dos fragmentos de Cerrado nativo e áreas verdes do *Campus*, criando corredores de fauna e flora intra*Campus* e no seu entorno por meio do reconhecimento de uma zona de influência para amortecimento dos efeitos de uma matriz antropizada.
- IX. Manejar e restaurar as áreas degradadas de vegetação nativa no *Campus*.
- X. Promover a interação da comunidade com o meio ambiente por meio da educação ambiental no *Campus*.
- XI. Possibilitar a experiência do *Campus* como um parque público e aberto à cidade.
- XII. Racionalizar o uso do transporte por automóvel, valorizar o transporte público coletivo e priorizar o pedestre e o ciclista, contemplando a acessibilidade universal.
- XIII. Planejar as redes de deslocamento seguro e saudável entre as edificações do *Campus* e sua integração com a cidade, valorizando a caminhabilidade.
- XIV. Priorizar a segurança no trânsito e no deslocamento de pedestres e ciclistas no *Campus*.
- XV. Planejar o *Campus* minimizando impactos da ação antrópica, por meio de infraestruturas e tecnologias verdes e sustentáveis e soluções baseadas na natureza.
- XVI. Racionalizar o consumo e reduzir perdas de água, abolir o lançamento de esgotos sanitários e resíduos perigosos sem tratamento prévio.
- XVII. Minimizar alagamentos e prejuízos decorrentes deles, mediante ações coordenadas com o GDF e Secretarias da UnB, além de manejar adequadamente os resíduos sólidos gerados no *Campus*.
- XVIII. Favorecer a otimização da eficiência energética e conforto ambiental das edificações, através da utilização de estratégias passivas integradas à arquitetura e estratégias ativas eficientes.
- XIX. Viabilizar a implementação da produção energética renovável integrada nos edifícios e nos espaços do *Campus* na perspectiva da transição energética.
- XX. Estimular a concepção de novos edifícios e a transformação dos existentes em edifícios de balanço energético nulo ou quase nulo (ZEBs ou nZEB), favorecendo a transformação do *Campus* em distrito de balanço energético nulo ou quase nulo (ZED ou nZED).

3 Glossário

- I. **Ambiente Construído** – Abrange o espaço físico, natural e transformado.
- II. **Áreas remanescentes de Cerrado** – Área com vegetação nativa primária ou em regeneração de Cerrado.
- III. **Áreas-parque** – Tipo paisagístico predominante no *Campus*, caracterizado por grandes áreas verdes abertas, arborizadas, com árvores de médio e grande porte, recoberto por amplos gramados.
- IV. **Bens culturais do Campus Darcy Ribeiro** – Bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da Universidade de Brasília no Campus Darcy Ribeiro.
- V. **Conservação ambiental** – Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei 9.985, 2000).
- VI. **Conservação do patrimônio cultural** – Conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem cultural, respeitando os valores culturais atribuídos.
- VII. **Corredor de fauna e flora** – Faixas ou fragmentos contínuos de vegetação que têm por objetivo permitir o deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o adensamento da cobertura vegetal.
- VIII. **Cortina verde** – barreira composta por elementos vegetais, geralmente arbustos ou árvores, cultivadas em uma linha para criar uma tela natural. Essa tela pode ser usada para delimitar espaços, proporcionar privacidade, reduzir a visibilidade de ruídos ou melhorar o conforto ambiental do edifício.
- IX. **Educação Patrimonial** – Processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (adotada a definição contida no Edital de Chamamento Público do Iphan 6/2023 destinado a financiar projetos de educação patrimonial).
- X. **Escala Bucólica** – Escala que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, constituindo a base territorial na qual se assenta toda a cidade, compreendendo áreas livres, com cobertura vegetal, destinadas principalmente à preservação ambiental, ao paisagismo e ao lazer (PPCUB, art. 9º).
- XI. **Espaços de desconpressão** – áreas dedicadas para a prática de lazer e ócio dentro dos edifícios, onde os usuários podem relaxar e aliviar o estresse. Pode incluir elementos como cadeiras confortáveis, jogos, música suave, ou outras amenidades para promover um ambiente mais agradável.
- XII. **Estratégias ativas** – estratégias para atendimento das necessidades de resfriamento, aquecimento e iluminação, que consomem energia para tal. São exemplos os equipamentos de ar-condicionado, ventilação e iluminação artificial em geral. Usar equipamentos mais eficientes juntamente com controles e automação otimiza a eficiência energética dos edifícios.
- XIII. **Estratégias passivas** – uso de recursos naturais para atender às necessidades de resfriamento, aquecimento e iluminação nos edifícios. , considerando o aproveitamento dos ventos, sol e iluminação natural na edificação através de sua

arquitetura, componentes, materiais e cores, para obtenção de menor consumo energético e conforto ambiental dos usuários.

- XIV. **Jardins** – Tipo paisagístico caracterizado por projeto mais elaborado e controlado, tendo limites físicos bem estabelecidos, majoritariamente presente nos espaços internos dos edifícios.
- XV. **Manutenção** – Conjunto de ações destinadas a manter, principalmente, o espaço construído em bom funcionamento e uso.
- XVI. **Paisagismo** – Campo do conhecimento que une arte, ciência e projeto para planejar a paisagem em consonância com os preceitos estéticos, ambientais e sociais.
- XVII. **Paredes verdes** – estrutura vertical revestida com plantas que proporciona benefícios estéticos, ambientais e funcionais. As plantas em uma parede verde podem ser cultivadas em bolsas, recipientes, treliças ou sistemas hidropônicos.
- XVIII. **Patrimônio cultural** – Universo de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores de uma sociedade (adaptado da CF 88, que define o que é patrimônio cultural brasileiro).
- XIX. **Patrimônio histórico vegetal** – Refere-se a indivíduos ou conjunto de indivíduos arbóreos ou não, nativos ou exóticos, que têm um valor histórico, cultural, estético, científico ou educacional significativo, devendo ser preservados e protegidos por sua importância.
- XX. **Preservação ambiental** – Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (Lei 9.985, 2000).
- XXI. **Restauração do patrimônio cultural** – Serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores culturais atribuídos e seu processo histórico de intervenções.
- XXII. **Retrofit energético** – Envolve a aplicação de medidas de melhoria em edifícios para aumentar sua eficiência energética, reduzindo o consumo de energia e os impactos ambientais. Faz-se por meio da modernização de sistemas, iluminação e HVAC, além da integração de fontes de energia renovável e automação, visando a otimização do uso de recursos energéticos e o aumento do conforto dos usuários.
- XXIII. **Soluções Baseadas na Natureza (SBN)** – Estratégias para gerir ou restaurar os espaços naturais ou antropizados, buscando a geração conjunta de benefícios ambientais, sociais e econômicos adaptados às condições locais.
- XXIV. **Trampolins ecológicos** – Pequenas áreas de hábitat que funcionam como pontos de ligação e facilitam o fluxo gênico de espécies que transitam por uma matriz não natural (facilitam o fluxo entre manchas) que funcionam como pontos de ligação (chamados de Stepping Stones)
- XXV. **Trilhas Interpretativas** – Trilhas de caráter educativo, podendo ser auto interpretativas/autoguiadas ou monitoradas simples ou guiadas, com o objetivo de otimizar a compreensão das características naturais da sequência paisagística. A intenção é provocar os grupos de atores a uma nova percepção, levando-os a questionar, experimentar, descobrir, sentir e observar diversos sentidos e significados relacionados com o ambiente.
- XXVI. **Valor artístico** – Relaciona-se ao fato de o bem cultural continuar respondendo aos desejos de arte contemporâneos, ou apresentar valor do ponto de vista da sua fruição estética na contemporaneidade para a comunidade universitária da Universidade de Brasília.

- XXVII. **Valor de antiguidade** – Relaciona-se ao fato de a apreciação do bem cultural nos dias atuais permitir avaliar seu pertencimento a outra época. Este valor pode ser atribuído tanto ao fato de que as obras representam estilos e linguagens arquitetônicas do passado, quanto ao processo de envelhecimento que se inscreve na sua materialidade, particularmente as marcas deixadas pela natureza e pelo homem (pátina), ou deliberadamente alteradas.
- XXVIII. **Valor de uso** – Relaciona-se ao fato de o bem cultural responder adequadamente às condições de uso da comunidade universitária da Universidade de Brasília.
- XXIX. **Valor histórico** – Remete à condição do bem cultural enquanto documento do processo de desenvolvimento histórico de formação da memória e da identidade da comunidade universitária da Universidade de Brasília. Incluem-se aqui aspectos relacionados ao desenvolvimento de instrumentos, técnicas e tecnologias significativas de determinadas épocas.
- XXX. **Valor simbólico** – Expressa a condição do bem cultural em representar determinadas ideias de significativa relevância cultural para a comunidade universitária da Universidade de Brasília.
- XXXI. **Valores culturais** – Valores atribuídos aos bens culturais por uma comunidade que participa de um mesmo sistema cultural, que fazem referência à identidade, à ação, à memória desse grupo.
- XXXII. **Edifício de balanço energético nulo ou quase nulo** (nearly Zero Energy Building– nZEB) – Edifício de alta eficiência energética com geração distribuída associada, de fonte renovável, que alcança um balanço energético anual próximo a zero. Suas características incluem a valorização de estratégias passivas, o uso de equipamentos eficientes (estratégias ativas) e produção de energia.
- XXXIII. **Distrito de balanço energético nulo ou quase nulo** (nearly Zero Energy District – nZED) – bairro/distrito onde o consumo anual de energia para os edifícios, iluminação pública, transporte e outros usos finais está equilibrado pela produção local de energia renovável. Consideram-se as interações de energia entre cada edifício individualmente e o sistema de energia mais amplo no nível local.

4 Diretrizes

As Diretrizes deste Plano Diretor se estruturam por meio de aproximações sucessivas aos espaços do *Campus* a partir de diferentes escalas. Estas escalas têm como objetivo rearticular o *Campus* desde a Escala Macro – sua relação com a cidade – à Escala Meso– relações intracampus– e à Escala Micro – seus edifícios.

Salienta-se que é utilizada neste Plano Diretor a poligonal do Campus Darcy Ribeiro oficialmente disponibilizada pelo Governo do Distrito Federal.

4.1 Escala Macro

Define-se como Escala Macro aquela que representa e expressa as relações entre a cidade de Brasília e o Campus Darcy Ribeiro.

4.1.1 Diretrizes gerais da Escala Macro

- I. Integrar o *Campus* às áreas verdes do entorno compreendendo-o como parte de um ecossistema, proporcionando a criação de corredores ecológicos que ligam importantes unidades de conservação do DF.
- II. Promover a restauração ecológica dos fragmentos de Cerrado existentes, proporcionando a relação equilibrada entre dinâmicas urbanas, sociais e ecológicas.
- III. Fortalecer a relação ecológica entre o Parque Olhos D'Água, o Arboreto e a Estação Ecológica da UnB.
- IV. Considerar o *Campus* como parte integrante do corredor linear formado pela Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá, reconhecendo sua importância no contexto ecológico da região.
- V. Integrar a drenagem urbana do *Campus* às regiões vizinhas da Asa Norte.
- VI. Todas as intervenções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas devem:
 - a. Respeitar o *Campus* como parte da Escala Bucólica de Brasília e a sua configuração como um espaço urbano com características modernistas de significância cultural mundial.
 - b. Promover e fortalecer as relações do *Campus* com a paisagem ampliada da cidade.
 - c. Respeitar a centralidade e a relevância histórica, cultural, urbanística e arquitetônica do Instituto Central de Ciências (ICC) na estruturação do *Campus*.
 - d. Respeitar, fortalecer e ampliar a permeabilidade entre edifícios e espaços públicos.
 - e. Considerar a relação visual com o Lago Paranoá, ampliando as oportunidades de criação de mirantes para a paisagem ampliada da cidade.
 - f. Promover desenvolvimento e implantação de projetos paisagísticos nas rotas de acesso ao *Campus* para os usuários dos modos ativos, especialmente, os

- pedestres e usuários de transporte público, reforçando a identidade e a noção de pertencimento ao espaço do *Campus*.
- g. Coordenar, em conjunto com o GDF, a implantação de medidas moderadoras de tráfego e infraestrutura segura nas vias de acesso ao *Campus* para os modos ativos considerando:
- i. Fomento a ações de conscientização de segurança de trânsito no *Campus* com os gestores da infraestrutura de trânsito e de mobilidade de Brasília.
 - ii. Fomento, perante o GDF, ao serviço seguro e com economicidade de bicicletas compartilhadas para os usuários do *Campus*.
 - iii. A faixa de quadras 600 como zona de influência imediata do *Campus* que, por seu caráter de conexão com a cidade, em entendimento com o GDF, deverá garantir urbanidade com: circulação franca, generosa, iluminação noturna; caminhamentos sombreados e confortáveis, acessíveis e sem obstáculos.

4.2 Escala Meso

Define-se como Escala Meso aquela que representa as relações internas do Campus Darcy Ribeiro, adotadas as glebas definidas no Geoportal (2023) do Governo do Distrito Federal, incluindo seus espaços construídos e não construídos.

Com relação a esta escala, este Plano Diretor resgata os princípios do Plano Orientador de 1962 quanto à agregação e à integração entre as Unidades Acadêmicas em contraponto à atual tendência de dispersão e fragmentação que marca a expansão da ocupação no *Campus* a partir da década de 1990.

4.2.1 Diretrizes gerais da Escala Meso

- I. Adequação do zoneamento de áreas de ocupação controlada à conservação do ambiente natural.
- II. Implementar um conjunto integrado de espaços livres com equipamentos e condições ambientais, arquitetônicas e paisagísticas, para favorecer a sociabilidade e o conforto dos usuários.
- III. Priorizar a otimização e a modernização da estrutura ociosa existente ao invés da construção de novos edifícios.

4.2.2 Patrimônio Cultural

- I. Realizar o planejamento e o desenho urbano do *Campus* em consonância com o Programa de Conservação e Manutenção Continuada para as Edificações da Universidade de Brasília.
- II. Definir estratégias, critérios e métodos de caracterização e reconhecimento da significância do patrimônio cultural do *Campus*, por meio da representação temática Patrimônio Cultural e Morfologia da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor da Comissão Permanente de Infraestrutura, definida na seção 5:
 - a. A significância será definida pela classificação técnica e comunitária dos valores culturais de cada bem cultural, compreendendo o valor de uso, histórico, artístico, de antiguidade e simbólico.
 - b. O processo de classificação comunitária deverá considerar a consulta ampla à diversidade de frequentadores do *Campus*.
 - c. Considerar a retificação periódica da significância cultural do bem.
- III. Planejar a localização dos novos edifícios priorizando a proximidade e a conectividade com as áreas construídas pré-existentes do *Campus* em detrimento de localizações isoladas descontínuas com as existentes.
- IV. Planejar a disposição dos edifícios de forma a criar percursos e espaços de circulação que facilitem a conectividade e a permeabilidade visual e pedestre do *Campus*.
- V. Planejar a disposição dos edifícios considerando a criação de marcos visuais e referências arquitetônicas que contribuam na orientação e identificação dos espaços no *Campus*, sempre que possível garantindo a visibilidade do ICC.
- VI. Planejar a expansão do *Campus* incentivando a diversidade de projetos, permitindo a expressão da criatividade e da inovação, garantindo a qualidade e a expressividade arquitetônicas de forma integrada e respeitosa ao acervo arquitetônico existente.
- VII. Planejar a organização dos espaços evitando cercamentos e obstáculos desnecessários e priorizando a criação de áreas abertas e acolhedoras para a comunidade universitária, de modo compatível com a preservação do patrimônio cultural, da paisagem e dos recursos naturais:
 - a. Proibir os cercamentos na Zona de Interesse Histórico Cultural, garantindo pleno e livre acesso dentro da área de proteção cultural.
 - b. Ordenar o uso e rever o padrão atual de fechamentos e cercamentos nas demais zonas.
 - c. Permitir o cercamento excepcional em casos específicos, como nas Zonas de Conservação e Preservação Ambiental, com padrões compatíveis com a circulação da fauna, a ser definido em estudo específico.
- VIII. Ordenar o uso e rever o padrão atual de publicidade das áreas livres do *Campus*.
- IX. Compreender o *Campus* como conjunto de edificações, espaços (naturais e construídos) e elementos de valor para a comunidade a serem preservados em suas especificidades e relações entre partes.
- X. Considerar as características dos padrões históricos de ocupação para orientar intervenções e novas edificações, em diálogo com as diretrizes do projeto original de Lucio Costa e subseqüentes alterações, especialmente:

- a. A importância da vegetação no projeto e configuração do CDR por meio da associação de edifícios a jardins internos e externos como forma de integrar a paisagem ao construído.
 - b. A predominância da horizontalidade da paisagem e de alturas inferiores a três pavimentos em todo o CDR em consonância com a Escala Bucólica onde está inserido.
 - c. O paralelismo de volumes e relações entre edificações baseadas em alinhamentos e eixos de força, acompanhando a topografia natural do CDR e o sistema viário.
 - d. O funcionamento dos edifícios como elementos de conexão urbana, por intermédio de aberturas, passagens cobertas e acessos franqueados.
 - e. A valorização de alguns volumes históricos pensados como marcos plásticos importantes, de caráter mais autônomo, *fomentando a sua integração à paisagem pelo desenho urbano e paisagístico.*
- XI. Associar ações de preservação e educação patrimonial para o fomento de uma cultura de valorização e conservação do patrimônio cultural do CDR.
 - XII. Incentivar ações de preservação e conservação do patrimônio vegetal, com valoração dos indivíduos arbóreos integrados ao patrimônio arquitetônico do CDR.
 - XIII. Incentivar a inclusão de obras de arte nos edifícios e espaços públicos, de modo compatível com os seus valores culturais. Padronizar a Comunicação Visual nos edifícios e espaços públicos do *Campus*.
 - XIV. Planejar e distribuir módulos de comércio e serviço individualizados de tamanho reduzido, com estações de bicicleta, lanchonetes, banquinhas, lojas e cafeterias, no território do *Campus*.
 - XV. Considerar as características específicas das edificações quando da proposta de *retrofits* energéticos, de forma a propor alterações que considerem suas particularidades e potenciais para o uso de recursos passivos na obtenção de conforto ambiental.

4.2.3 Recursos Naturais, Saneamento e Paisagem

- I. Manter e recuperar as áreas verdes existentes e criar novas (Cerrado, parques, jardins) com prioridade para espécies nativas do Cerrado, promovendo a efetivação de corredores de fauna e flora e trampolins ecológicos no *Campus*, contribuindo também para a formação de ilhas de frescor urbano.
- II. Substituir, sempre que possível, a arborização do *Campus* prioritariamente por espécies nativas e/ou com importante papel no uso pela fauna (produção de flores, produção de frutos e fornecimento de abrigo) considerando o patrimônio histórico vegetal instituído.
- III. Criar trilhas interpretativas ao longo das áreas de Cerrado.
- IV. Implantar sinalização (indicativa e interpretativa) nas áreas verdes (cerrado, parques, jardins).
- V. Implementar o Arboreto com a criação indicada na resolução Conama 339/2003, de uma área protegida com características de Jardim Botânico, para a preservação da biodiversidade, promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- VI. Promover a proteção da área de Cerrado nativo localizado na porção sul da Gleba A, reconhecendo sua importância ecológica no contexto ambiental do CDR.
- VII. Promover a criação da ARIE do Centro Olímpico na Gleba B com o objetivo de conservação e usufruto do Lago Paranoá para a comunidade por meio de áreas de contemplação, recreação e lazer, trilhas interpretativas, entre outros.
 - a. Realizar estudos específicos para revisar a delimitação proposta no zoneamento ambiental da APA do Lago Paranoá, conforme diretrizes deste Plano Diretor, abrangendo a totalidade da Gleba B, para embasar a elaboração do plano manejo, tendo em vista a promoção da gestão compartilhada.
- VIII. Promover a drenagem das edificações e de seu entorno imediato privilegiando Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e integradas ao paisagismo.
- IX. Condicionar a locação de novas edificações ao desenvolvimento de soluções de esgotamento e drenagem ambientalmente adequadas, em situações nas quais não haja possibilidade de ligação às respectivas redes coletoras.
- X. Cadastrar e monitorar atividades acadêmicas e administrativas que gerem resíduos perigosos.
- XI. Gerenciar os resíduos sólidos gerados em conformidade com o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do *Campus*.
- XII. A configuração paisagística do *Campus* se caracteriza pelos seguintes tipos: 1) Fragmentos de Cerrado; 2) Parques; 3) Jardins e praças.
- XIII. Reforçar e preservar o traçado regulador do *Campus*, estruturado a partir do ICC, onde as linhas diagonais demarcam campos visuais abertos à paisagem, relacionando o *Campus* com o Lago Paranoá e o horizonte aberto de Brasília.
- XIV. Melhorar e ampliar as oportunidades de acesso físico ao Lago Paranoá na Gleba B, promovendo o lazer e o esporte, sempre respeitando as diretrizes ambientais e as Áreas de Preservação Permanente (APP).
- XV. Integrar os fragmentos remanescentes de Cerrado com a paisagem urbana do *Campus*, permitindo a construção de relações sociais relevantes com a flora e a fauna nativa por meio de trilhas e caminhos adequadamente projetados e ambientalmente sensíveis.

- XVI. Implementar um cinturão verde no entorno da Gleba A, preferencialmente com espécies arbóreas nativas e/ou com importante papel no uso pela fauna (flores, frutos e fornecimento de abrigo), protegendo o corredor ambiental para a fauna presente.
- XVII. Proibir o cercamento de áreas dentro do *Campus*, sendo facultado, em casos excepcionais, apenas o gradeamento de acessos às edificações (portas e janelas) ou áreas verdes de preservação, sempre garantindo o mínimo de 50% de permeabilidade visual, sendo vedados muros opacos.
- XVIII. Adequar a rede de calçadas do *Campus* à legislação vigente, identificando as demandas de percursos e caminhos de desejo dos pedestres, com calçadas largas, acessíveis, sombreadas de dia e iluminadas à noite, priorizando os principais caminhos de circulação e os potenciais de edifícios permeáveis, especialmente nas áreas sul e norte do *Campus* e na integração da Gleba A com a Gleba B (Centro Olímpico e Casa do Estudante Universitário).
- XIX. Implementar bancos e mesas com desenho de qualidade estética e ergonômica nas áreas sombreadas do *Campus*, redários, bebedouros, fomentando a sociabilidade e permanência nos espaços verdes livres e a interação com a natureza.
- XX. Requalificar as praças e jardins degradados, com prioridade para os de maior valor cultural, considerando questões de preservação do patrimônio cultural, conforto ambiental, uso de espécies nativas nos diversos estratos, acessibilidade, flexibilidade de usos, adequação de mobiliário urbano e sustentabilidade.
- XXI. Tratar e readequar a vegetação das praças e parques para proporcionar áreas sombreadas abertas aos ventos dominantes sem constituir barreira visual, priorizando espécies nativas e/ou com importante papel no uso pela fauna (flores, frutos e abrigo), evitando árvores de copa fechada.
- XXII. Criar módulos de práticas esportivas e recreativas dentro do *Campus*, além do Centro Olímpico, tais como quadras poliesportivas e tendas para jogos.
- XXIII. Monitorar periodicamente o consumo energético das edificações por uso final, de forma a criar “benchmarks” e possibilitar a otimização de edificações com alto consumo energético.

4.2.4 Infraestrutura e Mobilidade

- I. Adequar o sistema viário do *Campus* a fim de que as vias, calçadas e ciclovias sigam as normas, garantam a acessibilidade universal e sejam mais seguras.
- II. Desenvolver um sistema de estacionamentos para racionalizar (reduzir e realocar) o uso e a ocupação do CDR.
- III. Utilizar pisos permeáveis nos novos estacionamentos e readequar os existentes.
- IV. Ampliar medidas de tráfego moderado (Zona 30) nas vias internas do *Campus*.
- V. Implantar sistema de informações de localização e circulação no *Campus* em totens e paradas amplas, confortáveis e protetoras de intempéries.
- VI. Criação de mobiliário adequado para pontos de carona.
- VII. Criar nomenclatura compreensível das vias.
- VIII. Priorizar o pedestre como o sujeito mais importante e mais vulnerável, projetando espaços públicos e caminhos acessíveis, seguros, sombreados de dia e iluminados à noite, que sejam acolhedores e promovam a caminhabilidade como meio de deslocamento sustentável e saudável.
- IX. Readequação da infraestrutura de suporte dos pontos de parada para comportar maior oferta de ônibus, proteção e conforto aos usuários.
- X. Desenvolver mecanismos para acompanhamento e avaliação da qualidade do transporte público por ônibus que atende aos usuários do *Campus*.
- XI. Fomentar o uso do Transporte Intracampi (Branquinho), com fonte de energia sustentável, informando à comunidade universitária os horários, rotas e periodicidade do serviço.
- XII. Utilização eficaz do transporte Intercampi.
- XIII. Criar um sistema de rede de calçadas de acordo com as normas vigentes para dar conectividade às novas instalações do CDR e aumentar a conectividade intracampus e nas bordas do *Campus*.
- XIV. Promover uma infraestrutura segura de suporte a modos ativos (pedestres e ciclistas) e incentivar o uso de bicicletas e patinetes compartilhados.
- XV. Implantação de marquises estratégicas em paradas de ônibus e caminhos longos.
- XVI. Implantação e manutenção da infraestrutura de acessibilidade a deficientes físicos e/ou visuais.
- XVII. Ampliação da rede cicloviária e bicicletários seguros que atenda a todas as instalações do *Campus*, incluindo a criação de novas estações de bicicletas compartilhadas a fim de atender à demanda de forma mais diversificada e espacialmente mais equitativa no *Campus*.
- XVIII. Readequação das faixas de travessia de pedestres com passagens elevadas e com medidas de *traffic calming*.
- XIX. Descarbonização da frota de veículos e de geradores de energia, com uso de energias sustentáveis.
- XX. Implementação de sistema de gerenciamento energético considerando todas as usinas fotovoltaicas dos edifícios e espaços urbanos do *Campus*, visando gerenciar a energia excedente para usos alternativos tais como mobilidade elétrica, iluminação pública e outros.

4.3 Escala Micro

A Escala Micro trata da parametrização e configuração pertinente a cada edifício do *Campus*.

4.3.1 Diretrizes gerais da Escala Micro

- I. Estabelecer diretrizes de projeto, incluindo arquitetura, urbanismo e engenharias, para promover a transição energética para fontes renováveis, o uso de recursos passivos nas edificações e o aprimoramento da eficiência energética em edifícios e operações, potencializando a criação de um ambiente universitário mais sustentável.
- II. Promover a originalidade e a singularidade dos edifícios, evitando a replicação acrítica de projetos já existentes e potencializando as estratégias passivas para otimização do conforto ambiental e da eficiência energética.
- III. Evitar posicionar novos edifícios em locais isolados do *Campus*, respeitando as diretrizes e critérios estabelecidos no zoneamento.
- IV. Integrar estratégias de sustentabilidade, preservação ambiental e eficiência energética e hídrica nos edifícios.
- V. Projetar edifícios e espaços que promovam a integração e o convívio, evitando barreiras físicas, tais como muros, taludes, portões, obstáculos.
- VI. Viabilizar a instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios do *Campus*.
- VII. Garantir a construção de edificações mais acessíveis, que respeitem a legislação vigente na promoção da acessibilidade.
- VIII. Coibir o uso de fachadas espelhadas ou uso excessivo de vidros que reflitam o ambiente ao redor para evitar acidente com avifauna do CDR e aquecimento.
- IX. Prever para as edificações ou grupo de edificações sistemas de reservatório, contemplando abastecimento para consumo humano e combate a incêndios.
- X. Monitorar de forma permanente os maiores consumidores de água e energia do *Campus*, buscando a otimização do consumo.
- XI. Planejar o aproveitamento sustentável da fonte de água existente nas proximidades da Biblioteca Central, evitando o uso de água tratada, quando a utilização permitir.
- XII. Elaborar projetos paisagísticos para os jardins e praças considerando questões de preservação do patrimônio cultural, conforto ambiental, acessibilidade, flexibilidade de usos, adequação de mobiliário urbano e sustentabilidade, utilizando prioritariamente espécies nativas nos três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- XIII. Nos edifícios de maior valor cultural, deve-se considerar a restauração de projetos paisagísticos originais.
- XIV. Criar mirantes/varandas nos edifícios, valorizando a proximidade do lago.
- XV. Viabilizar a permeabilidade dos edifícios, garantindo que os acessos que façam parte de percursos de pedestres permaneçam abertos durante o horário das aulas diurnas e noturnas.
- XVI. Integrar o paisagismo externo aos edifícios como estratégia de garantir conforto ambiental, utilizando a vegetação como estratégia de resfriamento de fachadas com alta insolação, considerando os conceitos de cortinas e paredes verdes.

- XVII. Fomentar o uso de tetos verdes nos edifícios como estratégia ambiental para redução da temperatura interna, amortecimento de água da chuva e redução da reflectância das coberturas edilícias.
- XVIII. Fomentar o uso de estratégias passivas tais como iluminação e ventilação naturais, proteção solar, cores e materiais adequados, tanto nos edifícios novos como em *retrofits* energéticos dos edifícios existentes.
- XIX. Priorizar o uso de plantas nativas e/ou adequadas ao clima local e que exijam pouca irrigação como os jardins Louise Ribeiro (IB) e de Sequeiro (ICC).
- XX. Incentivar a inclusão de obras de arte nos edifícios e espaços públicos por meio de concurso e editais, de forma coordenada com o Ceplan.
- XXI. Recuperar e implantar novos espelhos d'água como forma de melhorar a qualidade ambiental dos ambientes.
- XXII. Estimular sistemas de aproveitamento de águas pluviais nas edificações para uso no sistema sanitário e de irrigação.
- XXIII. Implantar e manter a infraestrutura de acessibilidade a deficientes físicos e/ou visuais.
- XXIV. Adequar os acessos às instalações e espaços de circulação de acordo com as normas.
- XXV. Garantir a circulação interna das edificações livre de obstáculos e com sinalização adequada para evacuações em casos de incêndio e/ou outros eventos.
- XXVI. Atualizar a nomenclatura de identificação das edificações.
- XXVII. Licitar projetos considerando necessariamente a acessibilidade universal, a comunicação visual, a drenagem, o uso de pavimentação permeável, a iluminação externa, o mobiliário urbano próximo e o paisagismo, condições adequadas de conforto ambiental e eficiência energética.
- XXVIII. Realizar projetos com previsão de ações e custos permanentes com manutenção e operação.
- XXIX. Prever salas de estudos e/ou espaços de descompressão no programa de uso das edificações.
- XXX. Adequar os projetos e obras, no mínimo, às seguintes normas vigentes: Código de Obras e Edificações, normativas do Corpo de Bombeiros do DF e aquelas referentes à acessibilidade universal.
- XXXI. Fomentar a substituição gradual de equipamentos obsoletos para iluminação e condicionamento de ar por equipamentos mais eficientes energeticamente.
- XXXII. Buscar a implementação de edifícios de balanço energético nulo (*Zero Energy Buildings* – ZEBs) sempre que possível, através da combinação de estratégias passivas, equipamentos e controles eficientes e produção de energia fotovoltaica

4.3.2 Diretrizes específicas para as edificações de significância cultural

- I. Dada sua singularidade, as edificações reconhecidas como de significância cultural pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor da Comissão Permanente de Infraestrutura, comporão o patrimônio cultural construído do Campus Darcy Ribeiro e devem ser conservadas e/ou restauradas de acordo com os valores que expressam, sejam eles artísticos, históricos, de antiguidade, de uso ou simbólico.
- II. Com base na classificação do grau de significância cultural de cada edificação – elevada, considerável ou alguma – deverão ser definidos critérios específicos pela administração universitária compatíveis com a sua conservação e/ou restauração.

- III. As intervenções devem ser precedidas do levantamento de dados, incluindo pesquisa histórica, levantamento arquitetônico, fotográfico, identificação de materiais e sistemas construtivos, diagnóstico do estado de conservação do bem e relações de visibilidade e ambiência com o seu entorno.
- IV. Compreensão da obra em sua integridade e autenticidade, respeitando sua concepção original, os valores culturais atribuídos e seu processo histórico de intervenções.
- V. Distinção das intervenções contemporâneas por meio de técnicas e materiais compatíveis aos existentes, evitando-se a reprodução de falsos artísticos e falsos históricos.
- VI. Limitação das intervenções ao mínimo possível, tendo em vista o respeito à matéria original, a adequação ao uso contemporâneo e a sustentabilidade da intervenção.
- VII. Possibilitar a reversibilidade de soluções contemporâneas, priorizando a conservação dos elementos originais da obra.
- VIII. Possibilidade de remoções pontuais de elementos que não contribuam para os valores atribuídos ao bem.
- IX. Tomada de decisão baseada no juízo crítico entre os valores culturais atribuídos à obra, quando a sua preservação simultânea se mostrar impossível ou inviável.

5 Zoneamento

As zonas abaixo estabelecidas constituem em um instrumento de gestão que delimita as diretrizes e parâmetros de ordenamento do uso e ocupação do solo no território do *Campus*. Em todas as zonas é aplicável a legislação vigente.

O Mapa de Zoneamento do Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro integra este documento como seu Anexo 1, referenciado na poligonal oficialmente disponibilizada pelo Governo do Distrito Federal.

5.1 Zona de Preservação Ambiental

É composta pelos fragmentos de vegetação nativa de Cerrado mais densos e pouco alterados, além de áreas especialmente protegidas:

- A. Arboreto – Área Protegida (Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro, 1998) na Gleba A.
- B. Fragmento de Cerrado nativo na porção Sul da Gleba A.
- C. Área de Preservação Permanente (APP) do Lago Paranoá (com largura de 30 metros a partir da borda do lago).
- D. APP da “Matinha” e Área Úmida, localizadas na Gleba B.

5.1.1 Diretrizes da Zona de Preservação Ambiental

- I. Áreas prioritárias para recuperação e restauração ambiental, incluindo manejo e erradicação de espécies exóticas.
- II. Restauração da paisagem natural de forma a resguardar os processos ecológicos e a recomposição natural do ecossistema por meio do manejo e recuperação de áreas degradadas.
- III. Uso exclusivo para pesquisa e educação ambiental.
- IV. Formação de trilhas interpretativas priorizando os caminhos já existentes.
- V. Restauração da APP do Lago Paranoá, especialmente pela retirada de espécies invasoras e recuperação de áreas degradadas, inclusive por processos erosivos.
- VI. São permitidas estruturas de baixo impacto conforme Código Florestal, Resolução Conama 369 e Portaria Iphan 166/2016.
- VII. Áreas aptas a receber compensação ambiental em conformidade com a legislação Distrital e Federal, aprovada pelo órgão ambiental.
- VIII. Promover preferencialmente o cercamento da Área do Arboreto para evitar invasão, despejo de resíduos, materiais diversos e degradação, com estudo para definição dos parâmetros adequados que considerem a mobilidade da fauna.
- IX. Garantir o monitoramento e a fiscalização dessas áreas a fim de coibir invasão, despejo de resíduos, materiais diversos e degradação.
- X. Elaborar estudo específico para manutenção e/ou criação de trilhas interpretativas com o objetivo de educação ambiental.
- XI. Considerar o estabelecido no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651) e no Decreto Distrital nº 39.469.

- XII. Uso do Arboreto nos moldes e parâmetros de um Jardim Botânico, inicialmente na categoria C, em conformidade com a Resolução Conama Nº 339, de 25 de setembro de 2003.

5.2 Zona de Conservação Ambiental

Composta por áreas de vegetação nativa de Cerrado alterado, com grande potencial para restauração e/ou com uso restritivo definido, incluindo:

- A. Zona de Conservação Ambiental 1 - Centro Olímpico: Área integrante da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Centro Olímpico, definida pelo Zoneamento Ambiental do Lago Paranoá (Decreto nº 33.537, de 14 de fevereiro de 2012).
- B. Zona de Conservação Ambiental 2 – Jeanine Felfili: Área com vocação para a pesquisa.
- C. Zona de Conservação Ambiental 3 – Parque da Colina: Área com vocação para uso comunitário e de lazer.
- D. Zona de Conservação Ambiental 4 – Norte: Área destinada à restauração da paisagem do Cerrado, em continuidade ao Arboreto por meio dos corredores de fauna e flora.
- E. Zona de Conservação Ambiental 5 – Estação Experimental de Biologia: Área com vocação para a pesquisa.

5.2.1 Diretrizes da Zona de Conservação Ambiental

- I. Áreas prioritárias para recuperação e restauração ambiental, incluindo manejo e erradicação de espécies exóticas.
- II. Restauração da paisagem natural de forma a resguardar os processos ecológicos e a recomposição natural do ecossistema por meio do manejo e recuperação de áreas degradadas.
- III. Áreas aptas a receber compensação ambiental para restauração, em conformidade com a legislação Distrital e Federal, aprovada pelo órgão ambiental.
- IV. Formação de trilhas interpretativas.
- V. Plantio de espécies nativas para formação de corredores de fauna e flora.
- VI. Considerar o estabelecido no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651) e no Decreto Distrital nº 39.469.
- VII. Restauração ecológica.
- VIII. Promover melhoria na acessibilidade da edificação inserida no interior da Zona de Conservação Ambiental 2 – Jeanine Felfili.
- IX. Promover preferencialmente o cercamento do Centro Olímpico em toda a sua extensão para evitar invasão, despejo de resíduos, materiais diversos e degradação, com estudo para definição dos parâmetros adequados do cercamento, que considerem a mobilidade da fauna.

5.3 Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico

Trata-se da área localizada no Centro Olímpico destinada à incorporação de projeto paisagístico com o objetivo de proporcionar acesso e usufruto do potencial do Lago Paranoá.

5.3.1 Diretrizes da Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico

- I. Paisagismo natural incrementando a permeabilidade e conectividade com as áreas verdes por meio da formação de Trampolins Ecológicos que integrem os corredores lineares de fauna e flora, priorizando o uso de espécies nativas do Cerrado nos três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- II. Substituição gradual de espécies vegetais exóticas por nativas a partir de um plano previamente definido.
- III. Aumento da densidade de espécies nativas nas áreas verdes livres.
- IV. Formação de trilhas interpretativas.
- V. Ampliação de áreas verdes com espécies nativas, em todos os estratos vegetais, no entorno das vias internas.

5.4 Zona Histórica, Cultural e Paisagística

Trata-se da área mais consolidada do *Campus*, localizada na área central da Gleba A, delimitada no Mapa de Zoneamento do Plano Diretor – Anexo 1, que concentra um conjunto de edificações e espaços livres de grande relevância histórica, cultural e paisagística.

5.4.1 Diretrizes da Zona Histórica, Cultural e Paisagística

- I. As intervenções na zona devem ser pautadas por princípios de conservação urbana e arquitetônica, graduados em função do valor atribuído aos espaços públicos, equipamentos e edificações.
- II. Intervenções em edificações de significância considerável ou elevada devem ser de caráter conservativo, prevendo-se a restauração quando necessário.
- III. Admite-se a construção de novas edificações ou anexos de pequeno porte e com função de apoio ou uso complementar.
- IV. O gabarito máximo não poderá exceder aquele das edificações de significância cultural próximas, além de não ultrapassar três pavimentos.
- V. A extensão dos volumes será definida em função das relações de visibilidade e ambiência com os edifícios de significância cultural próximos.
- VI. Recomenda-se a prática do concurso de idéias para intervenções dentro da poligonal, de forma coordenada com o Ceplan, para evitar a perda de qualidade arquitetônica, crescentemente observada no *Campus*.

- VII. Priorização da qualificação do desenho urbano e paisagístico dos espaços abertos e entre edificações, prevendo calçamentos, praças e recintos que tragam maior qualidade ambiental e conectividade entre os edifícios e ao nível do pedestre.
- VIII. Paisagismo natural incrementando a permeabilidade e a conectividade com as áreas verdes por meio da formação de Trampolins Ecológicos que integrem os corredores lineares de fauna e flora, priorizando o uso de espécies nativas do Cerrado nos três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- IX. Projeto paisagístico para a região da Praça Maior, localizada entre o ICC, a Reitoria e a Biblioteca Central, prioritariamente por espécies nativas e/ou com importante papel no uso pela fauna (flores, frutos e fornecimento de abrigo), contemplando espaços sombreados e equipados com mobiliário para permanência.

5.5 Zona de Ocupação Controlada I

Área na entrada da Praça Maior do *Campus*, junto à Via L4 Norte e no entorno da Zona Histórica, Cultural e Paisagística, tem por objetivo principal preservar as visuais para a área histórica e para o Lago Paranoá, por meio do controle do gabarito coerente com a topografia.

5.5.1 Diretrizes da Zona de Ocupação Controlada I

- I. Área destinada a implementar a complementação do projeto da Praça Maior, não sendo admitidas novas unidades acadêmicas.
- II. Implantação de edificações acompanhando as curvas de nível e controle compatível das alturas, sem exceder 7 metros.
- III. Obras de Arte podem exceder 7 metros desde que não obstruam as visadas preferenciais para a área histórica e para o Lago Paranoá.
- IV. Elaborar estudo para implantação de nova entrada ao *Campus* pela L4, em consonância com o projeto arquitetônico e urbanístico da Praça Maior.
- V. Paisagismo natural incrementando a permeabilidade e a conectividade com as áreas verdes por meio da formação de Trampolins Ecológicos que integrem os corredores lineares de fauna e flora, priorizando o uso de espécies nativas do Cerrado nos três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo).

5.6 Zona de Ocupação Controlada II

Áreas nas bordas do CDR a serem gradativamente ocupadas, preferencialmente após a consolidação da Zona de Ocupação Prioritária, com características temáticas específicas, destinadas a novas unidades acadêmicas, administrativas, canteiros experimentais e laboratórios técnicos e científicos.

5.6.1 Diretrizes da Zona de Ocupação Controlada II

- I. Priorização da qualificação do desenho urbano e paisagístico dos espaços abertos e entre edificações, prevendo calçamentos, praças e recintos que possibilitem maior conectividade entre as edificações e a qualidade ambiental.
- II. Provimento de espaços de circulação sombreados e arborizados.
- III. Provimento de projetos paisagísticos que garantam sombreamento de fachadas para maior conforto térmico.
- IV. Valorização de fachadas ativas, que tragam permeabilidade visual e física, favorecendo relação das edificações com o espaço público circundante.
- V. O gabarito máximo não poderá exceder a altura de três pavimentos nem aquela das edificações de significância cultural mais próximas.
- VI. A extensão dos volumes será definida em função das relações de visibilidade e ambiência com os edifícios de significância cultural próximos.
- VII. Bolsões de estacionamento que estejam subutilizados, superdimensionados ou que circundem completamente as edificações, funcionando como barreiras ao livre fluxo de pedestres, devem ser objeto de projetos de reurbanização específicos.
- VIII. Paisagismo natural incrementando a permeabilidade e a conectividade com as áreas verdes por meio da formação de Trampolins Ecológicos que integrem os corredores lineares de fauna e flora, priorizando o uso de espécies nativas do Cerrado nos três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- IX. Recomenda-se a prática do concurso de idéias para intervenções na zona, de forma coordenada com o Ceplan, para evitar a perda de qualidade arquitetônica, crescentemente observada no *Campus*.

5.7 Zona de Ocupação Prioritária

Trata-se da zona com áreas prioritárias para ocupação e adensamento, em detrimento da expansão da ocupação em outras áreas do *Campus*.

5.7.1 Diretrizes da Zona de Ocupação Prioritária

- I. Priorização da qualificação do desenho urbano e paisagístico dos espaços abertos e entre edificações, prevendo calçamentos, praças e recintos que possibilitem maior conectividade entre as edificações e a qualidade ambiental.
- II. Provimento de espaços de circulação sombreados e arborizados.
- III. Provimento de projetos paisagísticos que garantam sombreamento de fachadas para maior conforto térmico.
- IV. Valorização de fachadas ativas, que tragam permeabilidade visual e física, favorecendo relação das edificações com o espaço público circundante.
- V. O gabarito máximo não poderá exceder a altura de três pavimentos nem aquela das edificações de significância cultural mais próximas.
- VI. A extensão dos volumes será definida em função das relações de visibilidade e ambiência com os edifícios de significância cultural próximos.

- VII. Bolsões de estacionamento que estejam subutilizados, superdimensionados ou que circundem completamente as edificações, funcionando como barreiras ao livre fluxo de pedestres, devem ser objeto de projetos de reurbanização específicos.
- VIII. Paisagismo natural incrementando a permeabilidade e a conectividade com as áreas verdes por meio da formação de Trampolins Ecológicos que integrem os corredores lineares de fauna e flora, priorizando o uso de espécies nativas do Cerrado nos três estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- IX. Sugere-se a prática do concurso de idéias para intervenções na zona, de forma coordenada com o Ceplan, para evitar a perda de qualidade arquitetônica, crescentemente observada no *Campus*.

5.8 Corredores de Fauna e Flora

Áreas que apresentam interesse ambiental e paisagístico, que se sobrepõem às demais zonas, com o objetivo de conexão entre zonas ambientais e com grande potencial para formação de corredores lineares de fauna e flora e trampolins ecológicos (*stepping stones*), principalmente pelo plantio de espécies prioritariamente nativas do Cerrado e por meio de projetos de paisagismo que considerem os três estratos do Cerrado (herbáceo, arbustivo e arbóreo).

Os corredores foram delimitados por analogia ao Código Florestal (Lei 12.651, 2012), que define as Áreas de Preservação Permanente (APP), descritos a seguir:

- A. Na Via L4 Norte, por uma largura de 30 metros a partir das faixas de domínio e não edificantes (conforme Lei Federal n. 6.766/79).
- B. No limite das Glebas, em direção ao seu interior, por uma largura de 30 metros.
- C. Nas vias internas principais da Gleba A, por uma largura de 15 metros de cada lado a partir da guia do meio fio, totalizando 30 metros.
- D. Nos estacionamentos do ICC Sul e Norte, no extremo oeste desses, ocupando uma área entre 30% e 50% do seu total.
- E. Na região da Praça Maior, localizada entre o ICC, a Reitoria e a Biblioteca Central.

5.8.1 Diretrizes dos Corredores de Fauna e Flora

- I. Paisagismo natural incrementando a permeabilidade, a continuidade e a conectividade das áreas verdes prioritariamente com espécies nativas do Cerrado.
- II. Formação de corredores lineares e trampolins ecológicos (*stepping stones*) considerando os três estratos naturais do Cerrado (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- III. Substituição gradual de espécies vegetais exóticas por nativas de acordo com plano específico, considerando os três estratos naturais do Cerrado (herbáceo, arbustivo e arbóreo).
- IV. Aumento da densidade de espécies nativas (herbáceo, arbustivo e arbóreo) nas áreas verdes livres.
- V. Formação de trilhas interpretativas.
- VI. Elaboração de estudos específicos para determinação de projeto de paisagismo para as áreas dos estacionamentos do ICC e dos pavilhões João Calmon e Anísio Teixeira.

- VII. Elaboração de estudos específicos para determinação de projetos relacionados à iluminação e ruídos que impactem na fauna.

5.9 Incompatibilidades e Inadequações às Zonas

Além das restrições estabelecidas na legislação vigente aplicável à cada uma das zonas, cabe salientar que nas zonas são incompatíveis:

- I. Usos que impeçam a recuperação da paisagem natural ou qualquer tipo de supressão da vegetação nativa nas Zonas de Preservação e Conservação, exceto para o caso de abertura ou manutenção de trilhas interpretativas, se for o caso, mediante autorização para supressão, ou obras de utilidade pública ou de baixo impacto, além de novas edificações, com exceção daquelas com finalidades específicas de baixo impacto, compatíveis com a destinação da zona, em conformidade com a Resolução Conama 369.
- II. Qualquer tipo de atividade predatória, como caça e pesca, de acordo com a legislação vigente.
- III. Cercamentos e muros.
- IV. Criação de bolsões de estacionamento superdimensionados ou que circundem completamente as edificações.
- V. Uso de piso asfáltico nos estacionamentos que gere desconforto térmico e altere o processo de infiltração, condição necessária para melhorar o microclima da região.

6 Gestão

O Plano Diretor do CDR deve ser vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Plano de Obras aprovado anualmente e ao Programa de Conservação e Manutenção Continuada.

Deve ser estabelecida uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor no âmbito da Comissão Permanente de Infraestrutura composta pela prefeitura, a Secretaria de Infraestrutura e do CEPLAN – Oscar Niemeyer, sendo tecnicamente amparada por câmara técnica com representações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Tecnologia (FT), Coordenação de Paisagismo e Dedetização/Prefeitura da UnB (COPS/PRC), Secretaria de Meio Ambiente da UnB (SeMA), Departamento de Geografia (GEA), Instituto de Biologia (IB), Instituto de Geociências (IG) e outras que sejam técnica e cientificamente pertinentes ao tratamento de temas específicos. A Subcomissão deverá ter as seguintes atribuições:

- I. Prezar e acompanhar a correta implementação do Plano Diretor.
- II. Monitorar e avaliar periodicamente a implementação após a aprovação do Plano Diretor.
- III. Estabelecer diálogo com agentes internos e externos à universidade para a concretização dos objetivos do Plano Diretor, em especial:
 - a. Fomentar uma articulação permanente com o Governo Federal (IPHAN) e GDF para a análise de projetos na área de influência do *Campus*.
 - b. Criar uma comissão permanente responsável na UnB pela interlocução com o Departamento de Trânsito (DETRAN-DF), Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), Secretaria de Transporte e Mobilidade (SEMOB), dentre outros, nas ações em prol da gestão da infraestrutura segura, saudável e sustentável de transporte e mobilidade do *Campus*.
 - c. Coordenar os entes responsáveis pela infraestrutura viária e de circulação de suporte ao sistema de transporte público e mudanças operacionais para um adequado serviço ao *Campus*.
 - d. Desenvolver parceria com empresas de bicicletas compartilhadas para promover ações de estímulo, segurança e economicidade do deslocamento dos ciclistas em direção ao/e no *Campus*.
- IV. Conduzir o processo de atribuição e monitoramento de significância cultural aos bens do CDR.
- V. Aprovar intervenções nas áreas e elementos que constituem o patrimônio cultural do CDR e no seu ambiente de contexto.
- VI. Definir estratégias, critérios e métodos para uma política de conservação do patrimônio cultural do CDR.
- VII. Definir e conduzir ações de educação, valorização e fomento à preservação do patrimônio cultural do CDR.
- VIII. Preparar e implementar planos normativos e operacionais complementares, que permitam detalhar situações específicas e levar adiante ações prioritárias tais como:
 - a. Estabelecimento de nomenclatura de quadras e vias como estratégia de orientação e segurança da comunidade universitária.
 - b. Definição de diretrizes arquitetônicas e urbanísticas para comércio e serviços de apoio à vida universitária.

- c. Retomada e ampliação do funcionamento do Intercampi como um serviço de integração entre os campi da Universidade de Brasília bem como internamente ao CDR
 - d. Definição de condições para processos licitatórios de projetos e obras dentro do *Campus*, em especial mediante obrigatoriedade de projetos complementares de urbanização no entorno (acessibilidade, comunicação visual, paisagismo etc.).
 - e. Definição de diretrizes para provimento habitacional estudantil.
- IX. Instituir as bases normativas e de participação intra-unidades para desenvolvimento de um *Campus* Inteligente agregando iniciativas diversas tais como *Smart Campus*, etc.
- X. Conduzir o processo de estabelecimento de diretrizes projetuais para conforto ambiental e eficiência energética dos edifícios novos e existentes, assim como do monitoramento permanente do consumo energético por uso final.

7 Ações Prioritárias

7.1 Ações Gerais

- I. Contratar base cadastral detalhada a fim de viabilizar as ações de planejamento e criar suporte institucional para manter a base permanentemente atualizada.
- II. Atualizar e formalizar a nomenclatura do endereçamento do *Campus* e dos edifícios.
- III. Elaborar o Plano de Uso e Ocupação do Solo contendo parametrização urbanística para viabilizar a regularização edilícia plena do CDR junto ao GDF.

7.2 Ações de Patrimônio Cultural

- I. Estabelecer uma ordem prioritária para obras de restauração para os edifícios e espaços de valor cultural do *Campus*.
- II. Promover uma ampla campanha de educação patrimonial e conscientização sobre o valor cultural do *Campus*.
- III. Eliminar edículas precárias e provisórias de baixa qualidade arquitetônica e recomendar a demolição de determinadas edificações que obstruem visadas importantes para o conjunto de valor cultural.
- IV. Articular junto ao Governo Federal, Governo do Distrito Federal e demais instituições e atores pertinentes ações de preservação e educação patrimonial para o fomento de uma cultura de valorização e conservação do patrimônio cultural do *Campus* integrado ao Distrito Federal.
- V. Adotar a mesma linguagem gráfica do sistema de sinalização de orientação e identificação de localização das edificações, utilizada no Plano Piloto e demais cidades do DF, em todas as placas visualmente orientadoras e de identificação do *Campus*.
- VI. Padronizar a comunicação visual do *Campus* compatibilizando com a utilizada historicamente no Plano Piloto.

7.3 Ações Ambientais

- I. Estudos específicos para determinação de trilhas interpretativas.
- II. Plano para manejo de espécies exóticas invasoras de áreas de Cerrado Nativo.
- III. Recuperação de áreas degradadas no CDR.
- IV. Cercamento da área do Arboreto e da ARIE do CO após estudo adequado para definição dos parâmetros do cercamento que considere a mobilidade da fauna.
- V. Redução da área dos estacionamentos do ICC e Pavilhões Anísio Teixeira e João Calmon com a criação de trampolins ecológicos (*stepping stones*), uso de Soluções Baseadas na Natureza, por meio de projeto de paisagismo natural.
- VI. Estabelecimento de um programa contínuo de monitoramento da flora, especialmente das espécies nativas.
- VII. Identificação das árvores com instalação de placas educativas.

- VIII. Elaboração de um catálogo das espécies da fauna e flora a partir da atualização das listas de espécies.
- IX. Proporcionar segurança ao usuário nas áreas de remanescentes de vegetação nativa.
- X. Mapear e bloquear caminhos indesejáveis nos remanescentes de vegetação nativa com o objetivo de evitar processos erosivos, degradação e invasão, além de facilitar a segurança.
- XI. Publicizar os projetos relacionados aos recursos naturais no *Campus*.
- XII. Produzir mudas para plantio no viveiro da UnB.
- XIII. Plano específico contendo a gradação criteriosa da substituição de espécies vegetais exóticas por nativas, observando o patrimônio histórico florístico.
- XIV. Estudo para criação e revitalização de espelhos d'água existentes, com objetivo de alcançar a qualidade ambiental dos espaços edificados.
- XV. Estudos específicos para uso e gestão do Arboreto aos moldes de um Jardim Botânico, inicialmente na categoria C de acordo com a Resolução CONAMA Nº 339, de 25 de setembro de 2003.

7.4 Ações de Paisagismo

- I. Consolidação das diretrizes para projeto, restauro e manutenção das áreas de parque, jardins e praças do *Campus*.
- II. Planejamento e implantação da vegetação urbana centrados na potencialização do patrimônio natural paisagístico do *Campus*, assim como em integração às demandas de circulação, segurança e ampliação dos serviços ecológicos.
- III. Identificação das áreas que demandam correções na arborização existente, buscando qualificar situações em que há perda de qualidade paisagística, excessivo sombreamento, perda de visuais de alto valor, dano potencial à infraestrutura ou ocorrência de espécies invasoras.
- IV. Incorporação de princípios paisagísticos nas infraestruturas de drenagem, aplicando as estratégias e técnicas das infraestruturas verdes e soluções baseadas na natureza, criando soluções de drenagem de maior desempenho ecológico articuladas ao potencial estético do paisagismo.
- V. Elaboração de definições para a gestão integrada, participativa e compartilhada da paisagem do *Campus*, visando o respeito à concepção original do Campus Darcy Ribeiro, o incentivo à interação entre as pessoas em seus espaços coletivo vis-à-vis seu desenvolvimento sustentável.
- VI. Desenvolvimento de projeto paisagístico para as áreas norte e sul do *Campus*, incluindo, no mínimo:
 - a. Projeto de rede de calçadas generosas, acessíveis, sombreadas de dia e bem iluminadas à noite, que criem conexões entre as edificações, aproveitando, sempre que possível, a travessia permeável por dentro dos edifícios, criando costuras urbanas, respeitando os parâmetros da legislação vigente.
 - b. Implantação de mobiliário, incluindo bancos, mesas, redários, dentre outros, em áreas sombreadas com potencial de permanência.
 - c. Projeto de vegetação (principalmente arborização) para sombreamento de fachadas de edifícios com baixo desempenho em conforto ambiental.

- d. Redução dos estacionamentos do *Campus*, criando costuras urbanas e evitando que os edifícios sejam ilhados por estacionamentos, especialmente os pavilhões Anísio Teixeira e João Calmon.

7.5 Ações de Infraestrutura de Saneamento

- I. Envidar esforços junto à Novacap/GDF para finalização do sistema de drenagem pluvial que atende o *Campus*, especialmente no trecho entre a Biblioteca Central e o Centro Comunitário Athos Bulcão.
- II. Articular a drenagem do *Campus* junto ao GDF e demais atividades privadas na região das quadras 600.
- III. Implantar dispositivos de drenagem sustentável (infiltração, retenção e retenção) aliados ao paisagismo das edificações e áreas entre edificações, em complementação ao sistema de drenagem já existe, para redução dos eventos de alagamento no *Campus*.
- IV. Ligar à rede coletora de esgotos edificações que tenham sistemas de esgotamento individualizado.
- V. Avaliar a utilização do Castelo d'água para conjuntos de edificações que ainda não possuam sistemas de reservatórios.
- VI. Manter grupo de trabalho permanente para monitoramento de resíduos perigosos na rede de esgotamento sanitário.
- VII. Elaborar um PGRS para o *Campus* e compatibilizar com os planos e ações já existentes nas unidades e institutos.
- VIII. Avaliar a instalação de válvulas redutoras de pressão (VRP) para controle das pressões de abastecimento das edificações.
- IX. Implantar sistema de telemetria dos consumos de água das edificações com maior consumo.
- X. Utilizar equipamentos hidrossanitários economizadores de água.
- XI. Implantar aproveitamento de águas pluviais para usos não potáveis.

7.6 Ações de Infraestrutura de Mobilidade

- I. Infraestrutura de suporte a modos alternativos de transporte (Pedestres – Ciclistas):
 - a. Elaborar plano de ampliação do sistema de calçadas e ciclovias, de acordo com a legislação vigente, visando a segurança e qualidade do deslocamento, além do conforto do usuário, dando conectividade as instalações do *Campus*, e implantando infraestrutura de acessibilidade universal.
 - b. Elevação das faixas de travessia de pedestre nos níveis das calçadas nos pontos de maior fluxo e de acesso ao *Campus*: extremidades do ICC, em frente ao Restaurante Universitário (RU), Centro de Vivência, paradas de ônibus do PMU I e FT.
 - c. Criação de mobiliário urbano para “pontos de carona” no ICC Sul.
- II. Utilização eficaz do transporte Intracampi:
 - a. Duplicar, a curto prazo, o número de veículos de menor emissão de carbono, possibilitando um maior número de viagens e uma operação em dois

- sentidos, adequando a frota já existente para os padrões de conforto e segurança necessários.
- b. Destinar vagas de estacionamento estratégicas para o Intracampi, criando um terminal ou parada.
- III. Infraestrutura de suporte ao sistema de transporte público e mudanças operacionais:
- a. Adequação da infraestrutura das paradas de acordo a demanda e oferta das unidades de transporte público.
- IV. Racionalização do uso de automóveis:
- a. Intensificar os diversos canais de comunicação da UnB para a promoção dos sistemas de compartilhamento de automóveis disponíveis na região (exemplo: Carona Phone).
- V. Planejar a infraestrutura urbana do *Campus*:
- a. Desenvolver um sistema de estacionamentos para racionalizar o uso e ocupação do *Campus*.
- b. Disponibilizar vagas de estacionamento exclusivas aos usuários que compartilhem o automóvel e para PCDs e idosos, e vagas específicas para carga e descarga.
- c. Readequar as rotatórias do *Campus* de forma a atender a geometria dos veículos de transporte público; readequar a via principal próxima do RU a fim de torná-la uma rua completa prioritária para o trânsito de modos ativos e readequar acessos para viabilizar acesso do Corpo dos Bombeiros.
- d. Revisão da geometria da entrada do *Campus* pelo Centro. Comunitário Athos Bulcão bem como do Almoxarifado Central.
- e. Criação de via de ligação entre a L3 e a L4 na altura do Hospital Veterinário, considerando a delimitação da área de conservação do Arboreto.
- VI. Incluir tecnologia de transportes aliada a sustentabilidade:
- a. Implantação estratégica de vestiários equipados com chuveiros e armários destinados a usuários de modos alternativos de transporte.
- b. Instalação de painéis fotovoltaicos nas edificações e pontos de ônibus, garantindo a iluminação por meio de energia limpa
- c. Substituição do revestimento asfáltico por material drenante que estimule a redução da velocidade dos carros(ex: paralelepípedos).
- d. Instalação de pontos de carga elétrica para carros, motos, bicicletas, patinetes e outros.
- VII. Segurança no trânsito e no deslocamento de pedestres e ciclistas
- a. Melhorar a iluminação do *Campus* priorizando as edificações de maior densidade de pessoas, os pontos de parada, estacionamentos e as rotas de deslocamento até a L2 Norte
- b. Criar faixas de aceleração e desaceleração nos acessos ao *Campus* pelas vias L3 e L4 norte.
- VIII. Complementar e ampliar a rede de calçadas que conectam o *Campus* à cidade, identificando as demandas de percursos e caminhos de desejo dos pedestres, com calçadas largas, acessíveis, sombreadas de dia e iluminadas à noite, de acordo com a legislação vigente.
- IX. Criar acesso alternativo de caminho entre a Gleba A e a Gleba B (Centro Olímpico e o CEU) por meio de extensão da calçada da faixa de segurança da Reitoria de acordo com a legislação vigente.
- X. Constituição da rede de calçadas e espaços livres e acessíveis nas extremidades Norte e Sul do *Campus*.

- XI. Minimizar alagamentos e prejuízos decorrentes deles, mediante ações coordenadas com o GDF e Secretarias da UnB, além de manejar adequadamente os resíduos sólidos gerados no Campus

7.7 Ações para as Edificações e Eficiência Energética

- I. Criar e implementar política de eficiência energética para edificações,
- II. Iniciar o monitoramento do consumo energético dos edifícios, por uso final, a fim de estabelecer benchmarks de consumo no *Campus*.
- III. Estudar as características tipológicas dos edifícios existentes, para identificar potenciais estratégias para *retrofit* energético.
- IV. Definir diretrizes de projeto para novos edifícios e para *retrofit* energético de edifícios existentes, contemplando o uso de estratégias passivas (ventilação e iluminação naturais, proteção solar, uso adequado de materiais etc.), estratégias ativas (equipamentos e controles eficientes) e produção de energia fotovoltaica.
- V. Implementar adequações de conforto ambiental nos edifícios existentes, promovendo conforto térmico, luminoso, salubridade e qualidade do ar em espaços de longa permanência; exemplos são a instalação de esquadrias acessíveis e de fácil manipulação, para que o usuário tenha autonomia no controle das condições de conforto ambiental relativas à ventilação natural.
- VI. Adequar a iluminação pública nas calçadas reduzindo os efeitos indesejáveis sobre os corredores de fauna e flora.
- VII. Criar nos edifícios do *Campus* espaços de amamentação, de descanso, de estudos, de alimentação, entre outros.
- VIII. Priorizar o diálogo com a concessionária de energia e o governo do GDF para doação, modernização e manutenção da rede elétrica da UnB, com o objetivo de mitigar os prejuízos decorrentes das instabilidades e quedas de energia.
- IX. Exigir que os novos edifícios atendam aos parâmetros normativos de eficiência energética, aproximando-se da meta de balanço energético nulo ou quase nulo (ZEB – Near Zero Energy Building).
- X. Gerenciar de forma coordenada a produção e consumo de energia nos edifícios e no *Campus* em geral, de forma a estabelecer diretrizes para uso da energia, com a perspectiva de obtenção de um distrito de balanço energético nulo (*Zero Energy District* – ZED).